

Ação do Governo na educação não agrada professor

Métodos contrariam a ciência e a cultura, concluem participantes de seminário promovido pela Câmara dos Deputados

Globalização está reduzindo a educação à prestação de serviço para o mercado econômico e não para a cidadania

Uma das promessas da campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso - a educação - foi energeticamente condenada por educadores reunidos durante dois dias na Câmara dos Deputados. A maioria dos palestrantes considerou o projeto globalizante e de educação neoliberal, implantado pelo Governo, "como um método que atenta contra a ciência e a cultura como processos de conscientização do povo brasileiro". Essa conclusão, obtida ao final do seminário organizado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara, repete um dos compromissos retirados da Carta de São Paulo, documento aprovado pelo I Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, realizado em São Paulo, há dois meses.

Representando a Associação de Educação Católica, o professor Leandro Rossa foi além, denunciando a política adotada pelo Ministério da Educação de só dar apoio a projetos "globalizados". De acordo com suas palavras, se assim não for, não se obtém apoio do Governo. "Há todo um esforço para globalizar o homem e sua educação está sendo reduzida à prestação de serviço para o mercado econômico e não para a cidadania", disse.

Também o padre Roque (PT-PR), presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, afirmou que "a educação não pode ser voltada para o mercado, já que está se tornando altamente prejudicial para a sociedade".

Ele ilustrou sua afirmação, citando dados do IBGE que revelam a existência de 16 milhões de analfabetos no Brasil, ou seja 13,8% da população com idade superior a 15 anos. Segundo o padre Roque "com essa taxa, entre os países da América, o Brasil

praticamente só perde para a Bolívia em taxa de analfabetismo". Ainda segundo dados citados pelo deputado petista "o maior índice de analfabetos está entre a população com mais de 50 anos de idade (32,7% de analfabetos).

Hanseníase

Denunciando a falta de vontade política e de mobilização nacional para resolver o problema do analfabetismo, Padre Roque disse que se nada for feito a respeito "restará esperar que o tempo resolva o problema, pela morte dos analfabetos". Analisando a política de educação de Fernando Henrique - um dos cinco dedos das promessas de campanha - Padre Roque ironizou: "Esse dedo da educação caiu pela hanseníase. Fernando Henrique fez uma política decepçante: desmantelou o Educar, tirou dinheiro da educação e deixou as universidades do jeito que estão agora - em greve."

Para Padre Roque "não é possível, como quer o Governo, jogar nos ombros dos estados e municípios toda a responsabilidade pela educação fundamental, levando em conta que a arrecadação, durante muitos anos, ficou com o Governo, nada sobrando para as outras áreas.

Mas não foi só o Governo que mereceu as críticas do padre Roque. Também seus companheiros parlamentares foram visados, na medida em que seu comparecimento ao Seminário foi quase nulo. "Os deputados não quiseram vir aqui discutir educação básica, mas esse é um tema que sempre aparece nas promessas de campanha. Isso prova que o político mente e mente quase sempre", desabafou Padre Roque.

ZENAIDE AZEREDO

MEC joga a culpa nos estados

A defesa da política governamental foi feita, durante o Seminário de Alfabetização e Cidadania da Câmara, pela Secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, Ana Lúcia Jatobá. A seu ver, não se pode analisar as taxas de analfabetismo de forma isolada. "Tem de se olhar a situação como um todo e ver que o sistema de ensino hoje é responsabilidade do município e do Estado. O MEC só é coordenador das políticas gerais, cabendo-lhe aprovar os projetos que lhe são encaminhados".

Referiu-se à luta que o Governo vem empreendendo para combater o analfabetismo mas admitiu a dificuldade em se chegar a isso, tendo em vista a disparidade de números: 16 milhões de analfabetos para um total de 1 milhão 300 mil vagas oferecidas, anualmente.

A referência à prioridade dada pelo Governo à permanência e sucesso de todas as crianças de sete a 14 anos na escola foi contestada pela oposição, em documento distribuído durante o encontro: "Não basta. É necessário implementar programas, projetos e ações para alfabetizar aqueles que já passaram da chamada idade própria para o ensino fundamental", contestou a oposição. Embora concorde

com a estratégia do Governo de "garantir, pelo menos, a oferta de uma formação equivalente às quatro primeiras séries do ensino fundamental", ressalta que: "a partir de 1998 a oposição propõe desenvolver programas de alfabetização que atendam dez milhões de pessoas em cinco anos, promovendo a erradicação".

Promessas

Em seu Plano Nacional de Educação, que tramita no Congresso como projeto de lei, o PT ressaltou que propõe, igualmente "em dez anos, a garantia da conclusão das oito séries para toda a população entre 14 e 35 anos". Querem ainda os deputados de oposição, contrapondo-se ao projeto governamental, incluir as crianças de seis anos na chamada idade escolar.

No que se refere ao acompanhamento das políticas de educação de jovens e adultos os deputados de oposição prometem realizar, em um ano, "levantamento e avaliação de experiências populares em alfabetização de adultos, para que estejam, em até cinco anos, à disposição para outras ações nesse campo". Nada, portanto, relacionado com a globalização, necessidade de mercado e modelo neoliberal.(Z.A.)